

'Moderados' do PMDB recuam da tese de bloco pró-Sarney

O motivo do recuo do "Centro Democrático" é a constatação de que sua bancada é de apenas 109 parlamentares e não 142

Lula Marques



O senador Marco Maciel (à esq.) encontra-se com o presidente José Sarney

Maciel pede a Sarney maior espaço para PFL no governo

Da Sucursal de Brasília

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), foi ontem ao Palácio do Planalto pedir mais cargos para o seu partido. Embora negando ter proposto reforma ministerial, Maciel disse ao presidente que a participação do PFL no governo "está aquém de sua participação no Congresso, do número de representantes da bancada e do apoio que damos ao governo". Depois da audiência, Maciel afirmou que a participação do PFL nos ministérios "é a mesma do tempo de Tancredo Neves, enquanto o partido agora tem mais de cem representantes".

Institindo em dizer que não conversou sobre a mudança de ministros, o presidente do PFL disse que apenas fez ver ao presidente Sarney a necessidade de maior participação do seu partido "nas grandes decisões nacionais". "Temos dado apoio firme ao governo. Só há co-responsabilidade quando há participação", afirmou.

Além da não proporcionalidade da representação de sua bancada no governo, Maciel disse ter mostrado ao presidente Sarney que o PFL "tem dado apoio invariável ao governo". Afirmou também que Sarney "entendeu nossas razões, foi receptivo a nossas colocações e sabe que há formas de resolver essas questões".

O dirigente pefelista não se referiu em nenhum momento, na conversa com os jornalistas, às divergências do PMDB em relação ao governo. Disse ter ponderado que a maior participação do PFL no governo não seria, necessariamente, a obtenção de mais ministérios, abrindo como alternativa a aplicação, pelo governo, de um programa compatível com as idéias da legenda liberal.

O presidente do PFL negou ter falado sobre a devolução dos cargos de que o partido dispõe, caso não fossem aceitas suas exigências. Segundo ele, o assunto não foi discutido. Quanto à ameaça nesse sentido feita pelo líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), disse ter sido "uma colocação de caráter pessoal" e atribuiu-a ao temperamento impetuoso do líder.

Deputado reage à tentativa de expurgo no diretório de MG

Da Sucursal de Belo Horizonte

O deputado federal Otávio Elisio (PMDB-MG) passou o dia de ontem em Belo Horizonte (MG) mantendo contatos com peemedebistas mineiros, numa primeira iniciativa destinada a impedir a autodissolução do diretório regional do partido, proposta pelo governador Newton Cardoso para afastar os "insubordinados" da máquina partidária. "Vamos lutar contra a cassação que se pretende", afirmou Elisio. Newton Cardoso disse ser "realmente preciso sanear o partido em Minas e tirar esses membros lesivos", sem contudo no-

mear as pessoas que deseja ver fora do diretório peemedebista.

Apesar de comentar a autodissolução do diretório, o governador disse que "o partido tem algumas pessoas aí que perdem eleições e falam por ele", referindo-se aos peemedebistas que não o apoiaram na campanha para o governo do Estado em 1986.

Elisio disse considerar "muito difícil" que Newton obtenha o apoio necessário à autodissolução, só possível com a renúncia de 64 dos 91 membros do diretório.

O secretário mineiro de Assuntos Municipais, Nilberto Moreira, é quem está recolhendo as assinaturas.

Righi acha "não recomendáveis" as críticas de Ermírio

Da Sucursal de Brasília

O líder do PTB no Congresso constituinte, deputado Gastone Righi (SP), disse ontem que "não é recomendável" o tipo de crítica feito ao presidente José Sarney pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes (candidato derrotado a governador de São Paulo nas eleições do ano passado) —o qual afirmou, em entrevista publicada ontem pela Folha, que o "populismo" de Sarney pode "afundar" o país. "Ele é muito espontâneo. Tem de ser burilado para ser candidato", declarou Righi.

Mesmo discordando das críticas de Ermírio, Righi acha, no entanto, que o empresário traduziria a insatisfação da sociedade ao criticar Sarney, assumindo, assim, um discurso de candidato à sua sucessão.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) disse que "talvez por não querer falar frontalmente sobre o problema (a candidatura), ele prefira se insinuar". Para o deputado José Genofino (PT-SP), "com essa crítica ao Sarney, ele visa seu lançamento à Presidência. Ele pretende rearticular os setores conservadores em torno de um discurso aparentemente diferente".

MAURO LOPES

Repórter da Sucursal de Brasília

O primeiro sinal de que o grupo "Centro Democrático" do PMDB começa a recuar da proposta de um bloco suprapartidário de sustentação parlamentar ao governo Sarney saiu da boca de um dos mais privilegiados interlocutores do presidente. Segundo o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), 53, a articulação que conta "com o estímulo do presidente" é a de "um bloco informal de moderados na Constituinte". O motivo do recuo dos "moderados" peemedebistas que compõem o "Centro Democrático" é simples: os 142 parlamentares do PMDB que o grupo tem divulgado como sarneyzistas convictos são, na verdade, 109.

As contas divulgadas pelo "centro democrático" estão embasadas no resultado de uma das votações realizadas na Convenção do PMDB no último domingo. O grupo defendeu que os convencionais deveriam votar aberta e nominalmente, contra a proposta de votação secreta encampada pelo presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães (SP), pelo líder do partido no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), pela maioria dos governadores e ministros peemedebistas. O grupo foi derrotado por 477 votos a 270, mas considerou o resultado uma vitória, divulgando que 142 parlamentares (quase a metade da bancada de 304 peemedebistas no Congresso) teriam se posicionado pelo voto nominal. Ontem, a Folha teve acesso à lista oficial de votação e constatou que 109 parlamentares —97 deputados e 12 senadores— se alinharam com o "Centro Democrático". Isto reduz as proporções dos "moderados" de quase a metade para cerca de um terço da bancada do PMDB.

As contas

Pelas contas divulgadas pelo "centro democrático", o presidente Sar-

ney contaria com uma base de 316 dos 559 parlamentares no Congresso —o que lhe garantia até uma margem de folga para a maioria absoluta, que é atingida pelos votos de 280 parlamentares. Os cálculos do grupo dão conta da existência de 142 sarneyzistas no PMDB, 133 no PFL (toda a bancada pefelista), vinte no PDS (a bancada pedessista é composta de 37 parlamentares), quatorze no PTB (de um total de dezoito deputados e senadores) e mais os sete parlamentares do PL.

Subtraindo-se desta conta os 33 peemedebistas computados pelo "Centro Democrático" mas que não votaram com o grupo, o número cai de 316 para 283 parlamentares, apenas três a mais que a maioria absoluta no Congresso. Esta maioria sequer seria atingida se, como disse ontem o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), "a grande maioria do partido, mas não todos", aderissem ao bloco.

O gabinete do presidente Sarney trabalha com números bem mais modestos que os divulgados pelos "moderados" do PMDB. Segundo as contas feitas no Palácio do Planalto, Sarney tem o apoio firme de 104 peemedebistas —número quase idêntico ao calculado pelo principal articulador do grupo de Covas, o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), de 105 parlamentares. A eles se somariam 120 pefelistas e mais 20 do PDS. As contas de Sarney param aí, e totalizam 244 parlamentares. Faltam 36 para a maioria absoluta no Congresso.

Os cálculos feitos na ponta do lápis indicam uma dificuldade para a articulação do bloco pró-Sarney que contrasta com a segurança de Carlos Sant'Anna na última segunda-feira, quando ele anunciou a idéia do bloco. E explicam a manobra de trocar o bloco sarneyzista por outro, de "moderados", no Congresso constituinte.



O deputado Prisco Viana defende um bloco informal no Congresso constituinte

Num cenário extremamente complexo em Brasília, quando os principais atores políticos emitem sinais trocados, o deputado Prisco Viana tentou mascarar o recuo com a afirmação de que "está se criando uma confusão entre um bloco de apoio a Sarney e um bloco moderado na Constituinte, com o objetivo de fazer aprovar as teses de centro".

No gabinete presidencial, a conclusão, depois de conferidos os cálculos,

foi que o deputado Ulysses Guimarães é o "fiel da balança" no Congresso constituinte e, sem ele, não haverá nenhum bloco majoritário. Por isto, substituiu-se o bloco de sustentação a Sarney —que implicaria numa imediata reformulação no ministério, com o afastamento de ministros ligados a Ulysses— pelo bloco "moderado" no Congresso constituinte e para ele se procurará atrair o presidente do PMDB.

Sarney incentiva 'Centro Democrático' e PFL

GILBERTO DIMENSTEIN

Diretor da Sucursal de Brasília

O PFL e os "moderados" do PMDB recebem um discreto incentivo do Palácio do Planalto quando exigem reforma ministerial: o presidente José Sarney já deixou claro a vários auxiliares sua irritação com os "radicais" do PMDB, dispostos, a julgar pelas declarações que fazem, a romper com o governo. "Quem quiser romper, que rompa", disse o presidente, através de seu porta-voz, Frota Neto. "Não posso coagir ninguém a me apoiar", afirmou Sarney.

Aparentemente, o recado é destinado ao PFL —o líder do partido na Câmara, José Lourenço (BA), ameaçou romper com o governo, caso não seja implementada uma reforma ministerial. Mas Sarney conta com o PFL e com os "moderados": dá indícios, entretanto, de ter desistido dos "radicais" e se mostra disposto,

por sinal, a tirá-los definitivamente do governo.

O presidente vem demonstrando mágoa e irritação. Uma frase de dois governadores serviu para um irado desabafo na frente de um ministro. Ele foi informado de que, durante a reunião de governadores, na casa do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, na última sexta-feira, propôs-se a indefinição em torno do mandato —assim, o presidente seria "prisioneiro" nas mãos do partido. Mais tarde, ele recebeu a informação de que dois governadores usaram esta palavra: Wellington Moreira Franco, do Rio, e Álvaro Dias, do Paraná.

Outro motivo de desabafo foi uma suposta frase do senador Fernando Henrique Cardoso —o líder no Senado teria dito que Sarney era um "touro" prestes a cair, bastaria apenas mais uma "estocada". Ontem, no Palácio do Planalto, circulavam informações

de que, hoje, Fernando Henrique iria desmentir; não teria falado nada.

Nos lamentos do presidente, ele se diz "vítima" de falta de reconhecimento; costuma lembrar que, graças ao plano Cruzado, o PMDB teve estrondosa votação. E mais: fez o que "pôde" para distribuir a renda, "decretou a reforma agrária", "enfrentou os banqueiros internacionais" e o empresariado.

Mas daí a decretar a reforma, vai uma distância considerável: se de um lado Sarney desconfiava de Ulysses Guimarães, de outro não quer perder a principal liderança no Congresso. De resto, ele não sabe até que ponto ministros como Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, e Celso Furtado, da Cultura, seriam ministros quase que exclusivamente do PMDB. Às vésperas da Convenção do partido, ele enviou um sintomático recado da Argentina: lembrou que os mi-

nistros são do presidente e não do partido.

Entre os assessores do presidente, a reforma do ministério é motivo de informações contraditórias. Sabe-se que, com o atual PMDB, o presidente terá "problemas". Mais: que uma nova composição no Congresso passa necessariamente por uma reacomodação de cargos no governo. Mas não se sabe até onde um "bloco parlamentar", articulado por dois amigos

do presidente, Marco Maciel, do PFL, e Carlos Sant'Anna, do PMDB, conseguirá exibir consistência. A estratégia contra-se, agora, num acompanhamento das consequências da Convenção. E, em especial, da capacidade de ação e disposição de aderir do PTB, PDS, PL e PDC. A meta inicial é garantir 305 parlamentares. A partir daí, não se descarta a formação de um novo partido, cujo primeiro teste seria a eleição das Prefeituras em novembro de 1988.

Para Funaro, 5 anos custarão "muito caro"

CLÓVIS ROSSI

Da Reportagem Local

O ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro começou ontem a defender apenas quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, porque "esse quinto ano vai custar muito caro ao país", conforme disse à Folha, no final da tarde, em seu escritório da avenida Cidade Jardim, na zona sul de São Paulo.

Funaro está se referindo ao abundante noticiário dos jornais a respeito das promessas que o governo federal

vem fazendo a todos —parlamentares e governadores— que se dispõem a apoiar um mandato de cinco anos para o presidente.

Mas a frase do ex-ministro pode ter outra leitura: ele, mais do que ninguém, sabe as pressões que sofre, enquanto ministro, para prolongar o congelamento de preços, que acabou funcionando como a grande arma eleitoral para o PMDB conquistar a avalanche de votos com que saiu das urnas de 15 de novembro. Quase todos os economistas, aliás, colocam como uma das causas fun-

damentais do naufrágio do plano Cruzado 1 o prolongamento excessivo do congelamento.

É óbvio que o uso político da economia nacional, para conquistar o quinto ano de mandato para o presidente, terá consequências ainda mais danosas, daí o "alto preço" a que se refere Funaro.

O ex-ministro já vinha, nos bastidores, defendendo um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, mas é a primeira vez que declara de público a sua posição, rompendo o constrangimento causa-

do pela sua amizade pessoal com o presidente.

Ainda assim, Funaro continua evitando fazer críticas pessoais a Sarney, apesar de seus assessores mostrarem crescente indignação com o que consideram bombardeio sobre o ex-ministro partido do Palácio do Planalto. O último disparo, na avaliação deles, é o relatório sobre a importação de alimentos no ano passado (gestão Funaro), que aponta supostas irregularidades.

Leia mais notícias na pág. A-22

Projeto de petebista fixa 4 anos para o mandato

Da Sucursal de Brasília

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) apresentará, na próxima terça-feira, um "projeto de decisão" ao Congresso constituinte, fixando um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Com o apoio já declarado do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, a proposta será encaminhada para votação aos 93 membros dessa comissão. Posteriormente, se aprovada pela Sistemati-

zação, a proposta será votada em dois turnos pelos 559 constituintes.

Até o final da tarde de ontem, Faria de Sá precisava de apenas sete assinaturas para alcançar as 187 adesões necessárias para apresentar o projeto. "Não podemos deixar a peteca dessa discussão cair", disse o petebista, que recolhia as últimas adesões através do correio. Pelo regimento do Congresso constituinte, o "projeto de decisão" destina-se a sustar medidas que ameacem os trabalhos constitucionais.

"A definição do mandato de Sarney

é acessória e está prejudicando os trabalhos da Constituinte", afirmou Faria de Sá. Cabral concordou com esse raciocínio, embora defendia um mandato de cinco anos para Sarney. Será a primeira vez que o relator da Comissão de Sistematização dará parecer favorável a um "projeto de decisão".

Dentre as 180 assinaturas que o deputado recolheu nos últimos dias, estão as dos vice-líderes do PMDB no Congresso constituinte (todos favoráveis ao mandato de quatro anos), embora o senador Mário Covas, líder

do partido, não tenha assinado a sugestão.

Ainda ontem, Faria de Sá procuraria o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, em busca de apoio. Entre os peemedebistas que assinaram o projeto, se incluiu o senador Afonso Camargo (PR).

Embora não tenha assinado, o líder do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), prometeu a Faria de Sá reconsiderar sua decisão nos próximos dias, depois de conversar com a Executiva do partido.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
55 Congresso constituinte	504
Senado	em recesso
Câmara dos Deputados	em recesso
Assembleia Legislativa	em recesso
Câmara Municipal	em recesso